

## ATA DA 159ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Aos oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro (08.04.2024), às quatorze horas (14h), no Plenário Sônia Maria Araújo Pinheiro, reuniu-se o Colégio de Procuradores de Justiça (CPJ) do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPTO) para a sua 159ª Sessão Extraordinária, sob a presidência do Dr. Luciano Cesar Casaroti, Procurador-Geral de Justiça. Registrou-se as presenças de todos os membros do Colegiado, estando a Dra. Ana Paula Reigota Ferreira Catini de forma remota. Constatou-se ainda as presenças do Dr. Pedro Evandro de Vicente Rufato, Presidente da Associação Tocantinense do Ministério Público (ATMP), do Dr. Celsimar Custódio Silva, Promotor de Justiça Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, e demais membros da Instituição. Verificada a existência de *quorum*, o Presidente declarou aberta a sessão, convocada para a apresentação de relatórios anuais de atividades da Comissão Permanente de Segurança Institucional (CPSI), do Núcleo do Tribunal do Júri do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPNUjuri), do Núcleo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária e Econômica (Naesf), do Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública (Gaesp), do Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente (Gaema) e dos Centros de Apoio Operacional (Caop's). De início, a Secretária registrou que os Promotores de Justiça Juan Rodrigo Carneiro Aguirre, Coordenador do CaoCrim e do Naesf, e João Edson de Souza, Coordenador do Gaesp, requereram a designação de nova data para a apresentação dos respectivos relatórios de atuação, em razão de audiências previamente agendadas para este dia. O Presidente sugeriu a inclusão na pauta da próxima sessão ordinária do Colegiado, o que restou acolhido por todos. Passou-se então às apresentações dos relatórios anuais de atividades, pela ordem e com os destaques ora resumidos: 1. Dr. Francisco José Pinheiro Brandes Júnior, Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente (Caoma): (i) o Caoma em números – 177 análises de pedido de colaboração, 1.502 mapas e croquis, 1 nota técnica, 120 pareceres técnicos, 596 peças de informação técnica, 3 relatórios técnicos e 56 relatórios de vistorias; (ii) atuação em oficinas de gestão de resíduos sólidos e participação em várias reuniões junto ao Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA); (iii) operações voltadas à tutela do meio ambiente, principalmente nos municípios em que se verificou aumento desproporcional nos índices de desmatamento; (iv) instauração de Procedimentos de Gestão Administrativa, em atendimento a recomendação da Corregedoria-Geral do Ministério Público; (v) realização de quase 700 movimentações no sistema e-Ext; (vi) transição dos atendimentos ao Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão do Ministério Público (Siacmp), também por orientação do Órgão Correicional; (vii) a divisão de demandas por município, com destaques para Palmas, provavelmente por questões ligadas ao urbanismo, e para as cidades relacionadas ao agronegócio; (viii) as espécies de demandas, com ênfase no Licenciamento Ambiental e no Código Florestal, ou seja, o uso dos recursos naturais, em especial os grandes desmatamentos; (ix) as demandas por Promotorias de Justiça, com grande destaque para a PJ Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia, seguida pela 23ª e 24ª PJ da Capital, 12ª PJ de Araguaína e Gaema Desmatamentos; (x) o quantitativo de 764 procedimentos vinculados ao Caoma no e-Ext, aguardando manifestação; (xi) as demandas em relação à estrutura do Caoma; (xii) o Projeto Chega de Lixão, desenvolvido pelo Dr. José Maria da Silva Júnior há mais de duas décadas; (xiii) o Projeto Radar Ambiental, premiado junto com a Procuradoria-Geral de Justiça; (xiv) os painéis *dashboard* desenvolvidos pelo Caoma e PGJ, pensados à época pelo Dr. José Maria da Silva Júnior, que hoje constituem estratégias de sucesso, sendo inclusive incorporados pelas

Secretarias Estaduais; (xv) o aplicativo MPTO Cidadão e o Radar Ambiental, que possibilitam acessar, via *smartphone*, a atuação ministerial na área ambiental; e (xvi) a conquista do 3<sup>a</sup> lugar no Prêmio Nacional Justiça Exponencial, na categoria Inovação Tecnológica, com o “Painel Radar Ambiental: Monitoramento de Queimadas e Desmatamentos”. 2. Dr. Francisco José Pinheiro Brandes Júnior, Coordenador do Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente (Gaema): (i) o Gaema, quando de sua instituição, foi subdivido em áreas de atuação, por proposta do então coordenador, Dr. José Maria da Silva Júnior; (ii) o Gaema Resíduos Sólidos Urbanos (Gaema RSU) se encontra sob a coordenação da Promotora de Justiça Maria Juliana Naves Dias do Carmo; (iii) o Gaema Incêndios e Queimadas Florestais (Gaema IQ) atua sob a responsabilidade dos Promotores de Justiça Vilmar Ferreira de Oliveira e Décio Gueirado Júnior; (iv) já no Gaema Desmatamentos (Gaema D) atuam os Promotores de Justiça Francisco José Pinheiro Brandes Júnior, Octahydes Ballan Júnior e Mateus Ribeiro dos Reis; (v) os planos de trabalho, elaborados ainda em 2022, estabeleciam a atuação do Gaema somente nos casos mais graves em relação ao meio ambiente, como desmatamentos e queimadas de grandes proporções e no tocante aos resíduos sólidos urbanos; (vi) foram criados painéis e acessos próprios no sistema e-Ext para a gestão do grupo especial e suas subdivisões; (vii) atualmente constam aproximadamente 195 procedimentos em curso no Gaema D, 362 no Gaema IQ e 50 no Gaema RSU; (viii) somadas as subdivisões do Gaema, houve um total de 5.808 movimentações no e-Ext, no período de fevereiro de 2023 a fevereiro de 2024; (ix) a atuação do Gaema D tem por metodologia de trabalho a adoção de um fluxograma de atuação ministerial, que assegura ampla defesa aos supostos autores dos desmatamentos, exaurindo-se todas as formas de notificação, privilegiando a conciliação, termos de ajustamento de conduta e, em caso de insucesso, propositura de restrições administrativas, ações cautelares, ações cíveis e criminais, sucessivamente; (x) uma estratégia adotada na região do “Matopiba”, que compreende os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, consiste em oficiar os cartórios de registro de imóveis, comunicando a existência de procedimentos do Gaema e possíveis desmatamentos ilícitos nas propriedades, o que tem possibilitado recuperação ambiental sem a necessidade de intervenção judicial; (xi) o Superior Tribunal de Justiça assegurou ao Ministério Público a titularidade para requisitar diretamente aos cartórios de registro de imóveis a anotação na matrícula de possíveis infrações ambientais, o que fortaleceu a atuação ministerial em nível nacional; (xii) algumas atuações do Gaema D tem tido grande destaque nas mídias estadual e nacional, trazendo boa repercussão para o MPTO, como a operação realizada no início de 2024, em Paranã, acompanhada pela equipe do “Profissão Repórter”, em que se uniram ao grupo de atuação o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins) e o Batalhão da Polícia Militar Ambiental, contando com o apoio logístico, em tempo real, do Caoma; (xiii) outra matéria de destaque abordou o aumento dos desmatamentos no Tocantins e o funcionamento do “correntão”, técnica utilizada na maior parte do desmatamento do cerrado; (xiv) os trabalhos em geral têm sido fundamentados em imagens de satélite, de forma muito eficaz, pela equipe técnica do Caoma, que oferece treinamentos a outras entidades acerca da tecnologia desenvolvida no Centro de Apoio; (xv) identificou-se também o aumento de desmatamentos em regiões que deveriam estar sob proteção, como o Jalapão e as Áreas de Proteção Ambiental do Cantão e do Lajeado, o que tem causado preocupação; (xvi) o desmatamento tem crescido de forma assustadora no Tocantins, colocando em risco a fauna, a flora e as bacias hidrográficas, o que tem deixado o Gaema bastante focado nesta questão; (xvii) 90% da vegetação nativa do Tocantins é constituída de cerrado, que possui uma proteção jurídica muito menor que outros biomas, como a Amazônia, a Mata Atlântica e o Pantanal; (xviii) grande parte da vegetação descrita como Cerrado Tocantinense se encontra

situada em propriedades particulares; (xix) não só o desmatamento ilícito, mas também o autorizado ou passível de autorização representa um risco iminente ao meio ambiente do Estado do Tocantins e o tem colocado como um dos líderes desse ranking no Brasil, denotando uma possível omissão na gestão ambiental; (xx) diante disso, o Gaema tem desenvolvido ferramentas que proporcionam, ao Estado do Tocantins e às suas Secretarias, o melhor planejamento acerca da gestão do cerrado e das águas; (xxi) a grande preocupação com toda essa questão ambiental consiste no assoreamento veloz dos rios, com secas vigorosas, morte de nascentes, desertificação do solo, queimadas, carreamento de sedimentos e agrotóxicos para os mananciais, além de grave risco à fauna e à flora; (xxii) nessa perspectiva, o Gaema D pode ser considerado uma das últimas frentes oficiais de atuação contra o desmatamento ilícito em larga escala e de grande extensão no Estado do Tocantins; (xxiii) a atuação do Gaema IQ, por sua vez, possibilitou reduzir drasticamente o número de queimadas no Tocantins entre os anos de 2022 e 2023; (xxiv) há convicção de que grande parte da redução das queimadas se deve ao trabalho do Ministério Público, no sentido de dar transparência aos locais de queimadas e cicatrizes; (xxv) já o Gaema RSU levantou todo o acervo de informações relativas às análises técnicas dos lixões, Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), pareceres e ações judiciais em curso dos municípios selecionados como prioridade no plano de atuação; (xxvi) constituiu-se uma força-tarefa para contatar esses municípios a fim de fornecer capacitações e gravimetrias e propor TAC's; (xxvii) outra estratégia de atuação consiste na parceria institucional entre o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e a Procuradoria-Geral de Justiça, com a finalidade de buscar soluções consensuais com os gestores no tocante aos lixões nos municípios; (xxviii) está se buscando atuar, ainda, contra os grandes poluidores e geradores de resíduos sólidos, que em geral são empresas sediadas fora do Estado do Tocantins, em um movimento nacional para garantir que o ciclo de vida dos produtos chegue ao seu fim; e (xxix) os desafios do Gaema IQ e do Gaema RSU vão muito além da atuação ministerial tradicional, no sentido de sair dos gabinetes e da zona de conforto para de fato buscar a efetividade na tutela dos direitos difusos e coletivos. Por fim, o Coordenador do Gaema apresentou os dados e as funcionalidades das ferramentas consolidadas no Projeto Radar Ambiental, quais sejam: o Painel de Monitoramento do Desmatamento no Tocantins, o Painel de Monitoramento de Queimadas e o Painel de Monitoramento da Gestão dos Resíduos Sólidos. Elogiou o trabalho da Ouvidoria do Ministério Público, destacando que muitas pessoas acabam utilizando esse canal para fazer denúncias por se sentirem seguras. Agradeceu aos integrantes do Colegiado pela confiança e aos membros e servidores da Instituição que ajudaram a transformar o sonho do Dr. José Maria da Silva Júnior em realidade. Com a palavra, a Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira destacou a forma louvável com que o atual Coordenador do Caoma e do Gaema conduziu os trabalhos após a perda do seu antecessor, Dr. José Maria da Silva Júnior. Destacou a segmentação do Gaema por áreas de atuação especializadas, o suporte da Corregedoria-Geral do Ministério Público e a dedicação dos integrantes do grupo a esse árduo trabalho, não obstante a falta de servidores. Citou a dificuldade de se realizar um trabalho preventivo em relação aos desmatamentos, em face da legislação vigente, e exaltou a utilização da tecnologia para a proteção do meio ambiente, ao que parabenizou a Administração pelos investimentos realizados nessa área. Enalteceu ainda a busca pela autocomposição e parabenizou o Dr. Francisco José Pinheiro Brandes Júnior pela atuação, bem como os demais integrantes do Gaema. A Dra. Vera Nilva Álvares Rocha Lira também parabenizou o Coordenador do Caoma e do Gaema pelo excelente trabalho levado a efeito, tendo se mostrado um sucessor à altura do Dr. José Maria da Silva Júnior, de quem assimilou toda a política empreendida na área do meio ambiente, acrescentando aspectos do seu perfil e da sua personalidade. E, na

condição de Diretora-Geral do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público (Cesaf-ESMP), se colocou à disposição para auxiliar no que for necessário, sobretudo no compartilhamento desse conhecimento profícuo e eficaz, que torna o *Parquet* referência na área ambiental. A Dra. Leila da Costa Vilela Magalhães cumprimentou o Dr. Francisco José Pinheiro Brandes Júnior pelo trabalho desenvolvido, exaltando os números grandiosos e o fato do MPTO se encontrar na dianteira da defesa do meio ambiente. Exaltou o crescimento da Instituição, lembrando do breve período em que esteve à frente do Caoma, quando se iniciaram os estudos para a estruturação física e de pessoal do centro de apoio. Destacou ainda o magnífico trabalho desenvolvido pelo Dr. José Maria da Silva Júnior e a continuidade empreendida pelo seu sucessor, frisando que o Ministério Público é um todo, em que ninguém faz o nome sozinho, e que todos precisam querer ser Ministério Público, assim como o Dr. Francisco José Pinheiro Brandes Júnior demonstrou muito bem. O Dr. Luciano Cesar Casaroti também cumprimentou o Coordenador do Caoma e do Gaema por todo seu esforço e competência, registrando que estiveram juntos na audiência pública para discutir a regulamentação ambiental no Estado, realizada em 03/04/2024, na Comissão de Minas, Energia, Meio Ambiente e Turismo da Assembleia Legislativa do Tocantins (Aleto). Ressaltou que lhe chamou a atenção o respeito, tanto por parte dos Deputados Estaduais quanto dos sindicatos e associações ligados ao meio ambiente, à pessoa do Dr. Francisco José Pinheiro Brandes Júnior e à sua fala, o que demonstra sua competência e seriedade no trabalho em prol do Ministério Público.

3. Dra. Araújo Cesárea Ferreira dos Santos D’Alessandro, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Saúde (CaoSaúde): (i) o CaoSaúde foi criado em 13/04/2020, em meio ao enfrentamento da pandemia de Covid-19; (ii) há algum tempo está se construindo, junto ao Departamento de Planejamento e Gestão (Deplan), alguns fluxos de trabalho, seja validação dos já existentes ou matriciamento de novos fluxos; (iii) tanto a Corregedoria Nacional do Ministério Público quanto o órgão correicional local falam da importância de se estabelecer um Plano Geral de Atuação (PGA) que seja sólido, consistente, com metas, indicadores, deficiências e pontos fortes, o que demanda um denso trabalho de matriciamento; (iv) neste sentido o Deplan fez um trabalho excepcional em conjunto ao CaoSaúde, com uma carga horária extenuante, que resultou no estabelecimento de macro e microrrotinas, ou seja, o desdobramento de toda a atividade do Centro de Apoio; (v) com isso, será possível estabelecer mecanismos mais profissionais de atendimento à demanda, lembrando do tripé da atuação, ou seja, prestar apoio técnico e jurídico, fomentar de modo sistematizado e acompanhar a execução das políticas públicas; (vi) o Centro de Apoio funciona ainda como um grande canalizador de normas e instruções nacionais, estaduais e locais ao Promotor de Justiça, de preferência por meio de kits de atuação; (vii) o Coordenador do CaoSaúde integra, no mínimo, 13 comissões, algumas com voto e assento, outras apenas para acompanhamento das políticas públicas; (viii) em 2023 arquivou-se 3 procedimentos de gestão administrativa e 1 projeto institucional, desenvolveu-se 3 novos projetos institucionais, instruiu-se 13 procedimentos gerais administrativos, promoveu-se 2 encontros em nível estadual com Promotores de Justiça que atuam na área da Saúde Pública e realizou-se um encontro estadual com a participação dos parceiros do Projeto MP na Vacina para alinhamento das estratégias de melhoria da cobertura vacinal; (ix) em 19/04/2024 o Procurador-Geral de Justiça deverá conceder o “Selo Município Amigo da Vacina” para 85 municípios do Tocantins, dentre os quais 40 conseguiram cumprir o edital e, ao longo de 1 ano, atingir as metas vacinais da Tríplice Viral, da Poliomelite e de mais uma vacina do calendário de imunização, além de alimentar o sistema informatizado da Política Nacional de Imunização em 80% e estabelecer as metas da Unicef para busca ativa vacinal, se enquadrando na categoria ouro; (x) em 2023 o CaoSaúde realizou 67 apoios técnicos via telefone ou *whatsapp*, 32 apoios técnicos por meio de pareceres, 12 inspeções, elaborou 3 Notas

Técnicas, enviou 19 kits de atuação e material de apoio, fez 7 levantamentos de dados, recebeu 90 demandas de instituições externas, 62 solicitações de apoio das Promotorias de Justiça e 32 solicitações de setores internos do MPTO e dos demais estados, participou de 103 reuniões e eventos, teve 4 projetos institucionais em andamento, promoveu 3 eventos e realizou 423 movimentações nos sistemas eletrônicos do MPTO; (xi) entre as atuações de destaque citam-se as inspeções efetivadas no Hospital e Maternidade Dona Regina, no Hospital Geral de Palmas, no Centro de Controle de Zoonoses, no Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPS) de Palmas, na Farmácia Municipal de Miranorte, no Hospital de Pequeno Porte de Natividade, na Vogue Alimentos e no Centro Terapêutico Recanto Girassol de Porto Nacional; (xii) foi concedido apoio técnico operacional às audiências administrativas no tocante à regulação do acesso aos serviços do SUS, às comunidades terapêuticas de saúde mental, à terceirização das Unidades de Terapia Intensiva da Secretaria da Saúde, à integração ensino-serviço e à Política Antimanicomial; (xiii) atuou-se em rede, por meio de termos de cooperação, nos temas da imunização, da assistência farmacêutica, da proteção e promoção da saúde e dignidade menstrual, da saúde da mulher e violência obstétrica, e da saúde da criança; (xiv) participou-se ativamente em eventos e espaços colegiados nos temas da Saúde Pública, como as Conferências Estadual e Municipal de Saúde, o Seminário da Atenção Básica, o Comitê de Prevenção de Óbito Materno, Fetal e Infantil (Cepomfi) e no combate à hanseníase no Tocantins, com representantes da Fundação Sasakawa Memorial Health e Secretaria de Estado da Saúde; (xv) arquivou-se procedimentos gerais administrativos instaurados para acompanhar a atuação das promotorias no enfrentamento da MonkeyPox, para acompanhar a política pública para o público autista e para acompanhar a atuação ministerial em face da pandemia de Covid-19; e (xvi) celebrou-se termos de cooperação técnica em temas atinentes à saúde pública, a fim de ampliar, tabular dados e fomentar a atuação do MPTO. Com a palavra, a Dra. Vera Nilva Álvares Rocha Lira parabenizou a Coordenadora do CaoSaúde e toda sua equipe pela atuação sempre vigilante em área tão urgente. A Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira também parabenizou o trabalho excepcional desenvolvido pelo Centro de Apoio Operacional da Saúde. E, chamando atenção ao número astronômico de ações individuais relacionadas à saúde que aportam mensalmente nas Procuradorias de Justiça, questionou uma eventual falta de diálogo entre o CaoSaúde e os Conselhos Municipais de Saúde, com o intuito de reduzir as graves demandas existentes. A Dra. Araújo Cesárea Ferreira dos Santos D'Alessandro esclareceu que se instaurou processo de gestão administrativa para acompanhar o descumprimento das ações coletivas, pois a iniquidade de violação de direitos, ou por não dar acesso ou por dar acesso tardio, causando óbitos evitáveis, deve ser atacada preferencialmente pelo Ministério Público dentro da atuação coletiva. Destacou que, no âmbito da 27ª PJ da Capital, de sua titularidade, constam 98 ações coletivas na Justiça Estadual e 8 na esfera federal, ressaltando que há um contato mensal junto aos Conselhos Estadual e Municipal de Saúde, que se encontram ao lado do Ministério Público na defesa da Saúde. Registrou ainda o contato com a Procuradoria-Geral do Estado (PGE), que de fato está ligado ao Poder Executivo, responsável pela garantia da saúde, com dotação orçamentária e planejamento para tanto. E, nas reuniões realizadas com a PGE em 2022 e 2023, elaborou-se plano de trabalho no sentido de priorizar, por ordem, as demandas relativas a ortopedia, cirurgias cardiológicas e cirurgias gerais. Dentro dessas especialidades o Estado do Tocantins lançou credenciamentos para a rede particular, por período certo a partir de recomendação ministerial. Salientou que este não é o cenário ideal nem preferencial para o Ministério Público, que possui procedimento em andamento visando a realização de concurso público e licitação para o fornecimento de insumos, materiais e medicamentos, o que não ocorreria em tempo hábil para atender às demandas urgentes, de acordo com o Poder Executivo. Procedeu-se então ao

saneamento das filas, em conjunto com a PGE, para atender ao número represado até a data da última audiência administrativa, cujo credenciamento foi efetivado com base no preço mínimo. Em 2023, portanto, as filas de atendimento andaram bastante, e o Ministério Público solicitou, do Poder Judiciário, que determinasse nas ações civis públicas que o Estado comprove que os gastos com os credenciamentos serão os mesmos com licitação e concurso público, sendo esta a fase processual atualmente. Frisou que o intuito, hoje, consiste em buscar uma solução estrutural, pois as filas foram saneadas porém voltaram a represar, infelizmente, sendo extremamente necessário que neste ano ocorra o concurso público da saúde, com muitas vagas, especialmente o profissional médico, a fim de se evitar esse cenário de óbitos evitáveis ou bloqueios individuais em cascata. O Presidente parabenizou a Dra. Araújo Cesárea Ferreira dos Santos D'Alessandro pelo trabalho realizado à frente do CaoSaúde, enaltecendo o fato de ser mais uma dentre os membros com reconhecimento nacional em face de sua competência, motivo de felicidade para a Instituição. Convidou a todos para, no dia 19/04/2024, acompanharem a assinatura do Pacto Nacional pela Consciência Vacinal, com a presença do Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público e presidente da Comissão de Saúde, Dr. Jayme de Oliveira, e de representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado do Tocantins, e, logo em seguida, a solenidade de premiação das prefeituras com o “Selo Município Amigo da Vacina”, por alcançarem bons resultados em relação à vacinação em 2023, como parte do projeto “MP na Vacina”, idealizado pelo Centro de Apoio Operacional da Saúde. 4. Dr. Sidney Fiore Júnior, Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Infância, Juventude e Educação (Caopije): (i) as atividades relacionadas à Infância e Juventude têm como foco o apoio às Promotorias de Justiça, as audiências públicas, as visitas técnicas, as inspeções, as orientações no campo da atuação extrajudicial para secretarias e conselhos, a produção de material de apoio, o acompanhamento de projetos das promotorias e o desenvolvimento de projetos; (ii) os kits operacionais de atuação, que se encontram disponíveis na página do Centro de Apoio, são acessados e elogiados por outros *Parquet's* estaduais; (iii) em encontros operacionais realizados em 2022 e 2023, foram pactuadas metas de atuação junto às Promotorias de Justiça; (iv) Meta 01 – Instaurar Procedimentos Administrativos para a fiscalização das medidas em meio aberto; (v) Meta 02 – Incentivar a criação de Comitês Municipais de Primeira Infância; (vi) Meta 03 – Fomentar a estruturação de protocolos de atendimento às vítimas e testemunhas de casos de violência, entre os órgãos do sistema de garantias; (vii) Meta 04 – Fomentar a estruturação dos serviços de Acolhimento Familiar; (viii) Meta 05 – Induzir a oferta dos Serviços da Proteção Social Especial (PSE); (ix) dentre os procedimentos em trâmite, destacam-se os relativos ao direito à profissionalização e aprendizagem, ao acolhimento em Família Acolhedora, à Lei da Escuta Protegida, à Primeira Infância, às crianças e adolescentes Warao e suas famílias, ao direito à saúde dos adolescentes inseridos no Sistema Socioeducativo, ao serviço de Convivência Familiar e Comunitária e ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), aos Agentes de Proteção, às eleições para o Conselho Tutelar, à expansão da Proteção Especial, ao Acolhimento Excepcional e de Urgência, ao Apadrinhamento, ao Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA), ao acompanhamento do Plano Quadrienal do CEDCA e do Plano Plurianual do Estado e ao Projeto Égide – MProtege; (x) nas últimas eleições para o Conselho Tutelar, em outubro de 2023, o Tocantins foi o único Estado a adotar urnas eletrônicas em todos os seus municípios, fruto de termo de cooperação do MPTO com o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-TO), além disso, o Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação (DMTI) desenvolveu um sistema de gerenciamento e apuração dos votos, que foi adotado por outros entes federativos; (xi) os projetos do Caopije na área da Infância e Juventude

consistem em “Eleições Seguras, Só com Urnas”, “Conselho Tutelar Estruturado” (em apreciação), “Socioeducação é direito” (em apreciação), “Primeira Infância – Janela de Oportunidades” (em apreciação), “14º Encontro Operacional: a atuação ministerial na Política de Assistência Social e no direito à Educação de Qualidade” (reprogramado para 2024), “Campanha 18 de Maio”, “Projeto Égide – Mprotege”, “Fundo ativo, recurso garantido!” e a trilha de aprendizagem “Direito de Crianças e Adolescentes – Aspectos normativos e operacionais para atuação integrada”; (xii) o Projeto Égide, de muito sucesso, efetivado recentemente com a então Promotora de Justiça de Itacajá, Dra. Carolina Gurgel Lima, cumpriu a ideia de que a equipe do Centro de Apoio atuasse, *in loco*, no fortalecimento dos Serviços de Proteção Especial; (xiii) em 2023 foram efetivadas inspeções obrigatórias, determinadas pela Resolução CNMP n. 204, de 16 de dezembro de 2019, em 27 municípios, de 5 Comarcas, para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto; (xiv) realizou-se ainda inspeções determinadas pela Resolução CNMP n. 71, de 15 de junho de 2011, em 33 municípios, de 9 Comarcas, na defesa do direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em acolhimento; (xv) o Caopije inspecionou também outros órgãos da rede de proteção e promoveu diagnósticos no Sistema de Garantia de Direitos, nos municípios de Pequizeiro, Itaporã, Colmeia e Goianorte; (xvi) dentre os eventos promovidos em 2023, destacam-se o Seminário Estadual sobre Acolhimento Familiar, o Webinar da Lei n. 14.344/2022 (Lei Henry Borel) e a Capacitação acerca do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); (xvii) foram elaborados novos kits operacionais sobre Entrega Legal, Acolhimento Familiar, Plano Estadual e Atendimento Socio, Regionalização de CREAS, Contratação de equipe referência CREAS e Kit SUAS; (xviii) o Centro de Apoio elaborou 15 pareceres técnicos, 47 relatórios e 29 documentos diversos; (xix) na área da Educação, recentemente foi publicado mapa atribuindo notas para os Estados quanto ao acesso à educação de qualidade, com o Tocantins classificado como crítico, com pontuação 4,6, equiparado ao Estado de Sergipe, de modo que não vê ainda, no MPTO, um engajamento em prol da Educação; (xx) as atividades na área da Educação têm por foco basicamente as mesmas atribuídas à área da Infância e Juventude; (xxi) as diretrizes de atuação em 2023 consistiram em Eixo 1 – Infraestrutura, Eixo 2 – Monitoramento dos Planos de Educação, Eixo 3 – Garantia do direito à educação de qualidade e com equidade e Eixo 4 – Regimes de Colaboração; (xxii) dentre os procedimentos em trâmite, destacam-se os relativos à busca ativa e combate à evasão escolar, ao acompanhamento e fiscalização dos Conselhos Municipais de Educação, ao monitoramento dos Planos Municipais de Educação, da Meta 1 PNE – Educação Infantil, da Meta 2 PNE – Ensino Fundamental, da Meta 4 PNE – Educação Inclusiva, da educação no contexto da pandemia, ao acompanhamento das atividades inerentes aos Fóruns de Educação, à fiscalização da execução do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e à fiscalização da alimentação escolar; (xxiii) em números, a atuação do Caopije na área da Educação consistiu em 43 solicitações, 28 municípios atendidos, 155 escolas vistoriadas, 2 Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE’s), 2 Centros Municipais de Atendimento Educacional Especializado (CMAEE), 15 procedimentos assistidos e 3 procedimentos instaurados; (xxiv) os projetos na área da Educação consistem em “Vistoria Educacional”, “Conselho Municipal de Educação”, “Educação Protege” e “Aprendizagem é Direito”, tendo este último recebido do CNMP certificado de boa prática resolutiva; (xxv) no aspecto da produtividade, foram elaborados e entregues 112 relatórios de vistoria educacional, expedidos 25 pareceres técnicos, realizadas 10 reuniões com equipes técnicas municipais, produzidas 109 minutas de ofícios, TAC’s, recomendações ou projetos, promovidas 6 audiências públicas, lavradas 4 notas técnicas, efetivadas 33 colaborações em procedimentos administrativos (e-Ext), elaborados 3 kits operacionais, realizados 2 eventos,

participação em 14 reuniões de monitoramento e avaliação das políticas públicas decorrentes dos Panos Municipais de Educação e 11 procedimentos administrativos secretariados; (xxvi) foram promovidos, em 2023, o Seminário Conselhos Municipais de Educação e o VI Ciclo de Debates: Rede de Proteção efetiva garantia da aprendizagem dos estudantes da Educação Básica; (xxvii) promoveu-se reunião, ainda, para fortalecer a Rede ColaborAção Tocantins, programa de formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação; (xxviii) foram feitas Avaliações Diagnósticas de Aprendizagem em 111 municípios, Avaliações Institucionais de 441 Unidades Escolares e Plano de Recuperação/Alfabetização e fortalecimento da Aprendizagem em 251 escolas; e (xxix) entre estudos, pesquisas e outras ações, citam-se os diagnósticos dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), da Violência em Ambiente Escolar e Rede de Proteção, da Rede de Proteção da Criança e do Adolescente da Comarca de Gurupi, da Rede de Proteção em mais de 100 municípios do Tocantins, da oferta educacional do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Educação de Jovens e Adultos (EJA) em mais de 100 municípios do Tocantins e dos Conselhos Tutelares. Com a palavra, a Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira parabenizou o Dr. Sidney Fiore Júnior pela atuação à frente do Caopije e destacou o trabalho de diagnóstico dos Conselhos Tutelares, tão próximos da comunidade e que satisfazem tanto à área da Infância e Juventude quanto a da Educação. Registrou que, após 34 anos da publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), houve uma evolução substancial nessa área, porém a precariedade ainda impera. Na ocasião, mencionou o intercâmbio pelo Programa de Especialização em Estado de Direito do Reino Unido, do qual o Promotor de Justiça participou, com todos os custos arcados pelo Governo da Inglaterra, e questionou quais experiências do nosso estado e país ele pôde compartilhar com um país “de primeiro mundo”. O Coordenador do Caopije esclareceu que o grupo era composto de 2 Juízes de Direito, 1 Desembargador e 2 Promotores de Justiça, escolhidos pelo Governo Inglês, para intercâmbio realizado na capital do país, Londres, e em Leeds, entre os dias 17 e 24 de fevereiro, cujo objetivo consistia em conhecer o sistema local de proteção de crianças e adolescentes, fazendo ponderações e comparações com o sistema brasileiro. Ao final, chegou-se à conclusão que o sistema inglês é muito melhor, porém existem diversas aplicações que não dariam certo aqui, principalmente em razão da cultura do voluntariado. Frisou que naquele país não existe o Conselho Tutelar, sendo suas atividades exercidas por assistentes sociais, que, por sua vez, atuam quase como investigadores, indo a fundo nas questões. O Ministério Público atua somente na área criminal, portanto qualquer irregularidade verificada pelo assistente social é levada ao advogado da Prefeitura, que entra com as ações correspondentes, quando necessário. Destacou as nuances e estruturas existentes para o oferecimento de suporte aos assistentes sociais, de modo que poucos casos chegam de fato à Justiça, a não ser aqueles muito graves. Salientou ainda que o grupo brasileiro fez audiências junto aos juízes locais, o que completou essa experiência incrível. Disse acreditar que algumas situações de lá poderiam ser aplicadas no Brasil, inclusive a custo zero, já tendo iniciado tratativas em âmbito nacional para tanto. A Dra. Vera Nilva Álvares Rocha Lira parabenizou o Dr. Sidney Fiore Júnior pelo excelente trabalho, destacando a parceria do Caopije com o Cesaf-ESMP na organização dos eventos da área. Enalteceu a dedicação de toda a equipe do Centro de Apoio, que se multiplica pelas atividades exercidas no Tocantins como um todo e ressaltou que condensar questões da infância e juventude com as da educação consiste em tarefa hercúlea. Desejou ainda que o Caopije seja expandido em termos de pessoal e de tecnologia para abarcar todas as demandas existentes. O Presidente também parabenizou a atuação do Coordenador do Caopije, enfatizando o seu reconhecimento em nível nacional e até mesmo internacional. Exaltou o fato do Dr. Sidney Fiore Júnior ter sido um dos cinco integrantes do Sistema de Justiça escolhidos pelo Governo da Inglaterra para o intercâmbio pelo

Programa de Especialização em Estado de Direito do Reino Unido, certamente por sua competência no trabalho em prol da Infância, Juventude e Educação. Destacou que o mesmo é, disparado, o membro da Instituição com mais convites para proferir palestras em outros estados, sendo essa representatividade muito importante para o Ministério Público do Estado do Tocantins. O Dr. Marco Antonio Alves Bezerra, por seu turno, elogiou a vontade de trabalhar que o Dr. Sidney Fiore Júnior demonstra, sobretudo na área da Educação, reconhecidamente mais problemática, em que o Brasil ocupa o penúltimo lugar no ranking global de qualidade, à frente apenas da Indonésia, de acordo com a Associação Brasileira de Educação (ABE), ressaltando se tratar de um trabalho gigantesco, que todos deveriam abraçar com a mesma tenacidade. 5. Dra. Isabelle Rocha Valença Figueiredo, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional do Consumidor, da Cidadania dos Direitos Humanos e da Mulher (Caoccid): (i) a equipe do Centro de Apoio, apesar de diminuta para o volume de atribuições, é extremamente comprometida na realização do melhor possível dentro da estrutura disponível, a quem deixa registrado seus agradecimentos; (ii) o Caoccid possui como particularidade a relação com a parte externa do Ministério Público, em razão das matérias que aborda, necessitando de uma articulação muito grande com várias áreas da sociedade, sendo esta uma dificuldade, principalmente aos membros do interior do Estado; (iii) com relação à área do Consumidor, a principal atuação tem sido no fortalecimento da Rede Estadual de Proteção ao Consumidor, composta pelos Procon's estadual e municipais, Agência de Defesa Agropecuária (ADAPEC), Secretaria da Agricultura e Pecuária e Vigilâncias Sanitárias estadual e municipais; (iv) as Operações Pró-Consumidor atenderam, em 2023, 10 municípios objeto de uma programação anual, apontadas pelos Promotores de Justiça ou pelos órgãos de proteção como prioritários; (v) no tocante à área da Cidadania, têm sido desenvolvidas ações pontuais voltadas a idosos e pessoas com deficiência, a exemplo da estruturação dos municípios para a melhoria da acessibilidade; (vi) nos Direitos Humanos, o Caoccid tem se desdobrado para retomar uma visão de que o Ministério Público não é contrário a essa temática, porquanto a sociedade por muito tempo acreditou que a Instituição não fazia questão de atuar na área, quando, em verdade, a principal função do *Parquet* seria a garantia de direitos e igualdade para todos; (vii) iniciou-se um trabalho muito difícil, de credibilidade do Ministério Público e participação efetiva na defesa de comunidades quilombolas e indígenas, como no fornecimento de energia elétrica a todas essas comunidades no Estado e no combate à violência contra essa população; (viii) ainda no tocante aos Direitos Humanos, é preciso ter uma fala muito técnica, sob pena de, ao mencionar determinadas situações, passar a ser ofensores em vez de protetores; (ix) a Secretária Estadual dos Povos Originários e Tradicionais, Narubia Werreria, mencionou em reunião no MPTO que este era o primeiro órgão em que ela não ouvia uma fala agressiva, em algum momento, sobre sua cultura, o que demonstra todo o cuidado da equipe do Caoccid em uma verbalização que seja protetora; (x) recentemente foi promovida reunião para discutir a questão da titularização das áreas quilombolas, que mais recentemente passou a ser afeta também ao Ministério Público estadual; (xi) com relação à área da Mulher, o Núcleo Maria da Penha ainda se mantém ligado ao Caoccid, porém sob a coordenação da Dra. Munique Teixeira Vaz; (xii) o Centro de Apoio continua responsável pela comunicação interna nas questões de ordem técnica e consultas, além de outras matérias que não sejam sob a perspectiva de violência doméstica e familiar, a exemplo da Lei n. 14.786/2023, que criou o protocolo "Não é Não"; (xiii) neste ponto o Caoccid desenvolveu um plano de atuação junto à Secretaria da Mulher, Polícias Civil e Militar, conduzindo a formação de vários bares, restaurantes, casas noturnas e cerimoniais de grandes eventos na Capital, cujo próximo passo consiste em alcançar o interior do Estado, em parceria com o Cesaf-ESMP; (xiv) o Caoccid teve participação em diversos conselhos, comissões e grupos de trabalho, com destaque para a coordenação nacional da Comissão

Permanente de Defesa dos Direitos Humanos em Sentido Estrito (COPEDH), que tem como temas prioritários a população em situação de rua, a tortura em ambientes de internação ou prisão coletiva e o combate à fome; (xv) a atuação do Centro de Apoio demanda articulações interinstitucionais com a Secretaria Estadual dos Povos Originários e Tradicionais, Secretaria Estadual de Cultura, Secretaria Estadual de Segurança Pública, Secretaria Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social, Secretaria Estadual de Saúde, PROCON, Secretaria Estadual da Mulher, Agência de Defesa Agropecuária, Polícia Militar do Estado do Tocantins, Secretaria Municipal de Saúde, Corpo de Bombeiros Militar do Tocantins, Universidades Públicas e Privadas; (xvi) as principais atividades, em números, consistiram em 32 atendimentos a membros, 26 atendimentos ao público, 29 atendimentos a órgãos parceiros, 2 respostas ao CNMP, 13 vistorias/inspeções realizadas, 18 participações em cursos, seminários, oficinas, conferências, eventos e palestras, 67 reuniões, 3 pareceres técnicos emitidos e 2 projetos em execução; (xvii) a Operação Pró-Consumidor, realizada em 160 estabelecimentos, em 10 municípios, resultou na apreensão de 8.768,817 kg de alimentos impróprios para consumo; (xviii) o Projeto Mini Cidadão tem por principal finalidade a emissão de carteira de identidade para crianças de até 6 anos que não tenham nenhum documento, desenvolvido dentro do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos (PLID) no Tocantins; (xix) o Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos (Navit) conta em sua equipe com uma psicóloga, uma assistente social e uma estagiária de Pós-Graduação em Direito; (xx) por ordem da Procuradoria-Geral de Justiça, o Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação (DMTI) tem desenvolvido sistema de registro dos relatos das vítimas para acesso por parte dos parceiros do Navit; (xxi) a atuação do Navit em 2023 foi muito satisfatória, com a ressalva de que não se muda uma perspectiva de séculos em poucos anos, ou seja, a perspectiva de que as vítimas deveriam estar afastadas do processo criminal e que não se deveria prestar nenhuma assistência a elas, seja social, psicológica ou jurídica; (xxii) em 2022 foram somente 45 atendimentos no Navit, enquanto em 2023 esse número saltou para 181, o que ainda é muito pequeno frente à quantidade de vítimas existentes, sendo necessário melhorar a comunicação junto a elas; (xxiii) buscou-se portanto o auxílio de líderes comunitários para identificar eventuais vítimas e a melhoria da relação com a polícia; (xxiv) encontra-se em desenvolvimento um protocolo de atuação para os casos em que a condição da vítima é classificada como de risco extremo; (xxv) no momento está em fase de deliberações finais a assinatura dos termos de cooperação com universidades em Gurupi e em Araguaína visando a extensão do Navit para aquelas cidades; e (xxvi) em Palmas foi expandido o atendimento às vítimas nos aspectos odontológico e estético, em parceria com uma universidade, com o intuito de proporcionar dignidade às vítimas. Com a palavra, a Dra. Vera Nilva Álvares Rocha Lira exaltou a quantidade de atribuições do Caoccid, parabenizando a coordenadora e toda sua equipe pelo trabalho de qualidade exercido em áreas tão relevantes. A Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira também parabenizou a Coordenadora do Caoccid pelo trabalho desenvolvido, elogiando seu denodo e disciplina. Na oportunidade, questionou se houve alguma mudança na estrutura do Centro de Apoio, a partir do momento em que o Núcleo Maria da Penha (NMP) passou a ser coordenado por outro membro. A Dra. Isabelle Rocha Valença Figueiredo esclareceu que tanto o Navit quanto o NMP continuam vinculados ao Caoccid, tendo havido apenas mudança pontual na coordenação do núcleo, exercida anteriormente pelas Dras. Renata Castro Rampanelli e Weruska Rezende Fuso e, atualmente, pela Dra. Munique Teixeira Vaz. A Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira levantou questão ainda se existe uma eventual agenda de atuação no tocante à população em situação de rua. A Coordenadora do Caoccid respondeu positivamente, destacando a realização de reuniões com o Consultório na Rua, que tem tido uma atuação eficiente na Capital mas que precisa ser aprimorada no

interior do Estado. Registrou ainda que, em razão da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 976, se faz necessário que os municípios, urgentemente, promovam políticas eficientes voltadas às pessoas em situação de rua. Consignou que participará, em 12/04/2024, no Ministério Público do Estado de São Paulo, do Encontro Nacional Políticas Públicas para a População em situação de rua e o Papel dos Ministérios Públicos do Brasil no cumprimento da ADPF 976. A Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira salientou que os Procuradores de Justiça, costumeiramente, emitem pareceres em procedimentos fazendo referência ao Protocolo de Assistência às Mulheres Vítimas de Violência, razão pela qual entende que seria importante o compartilhamento das informações do Núcleo Maria da Penha com o Colegiado, mesmo que em sessão sigilosa, a cada semestre. O Presidente também parabenizou a Dra. Isabelle Rocha Valença Figueiredo pela atuação à frente do Caocid, agradecendo-lhe pela explanação do relatório. 6. Dr. Vinicius de Oliveira e Silva, Coordenador do Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público (Caopp): (i) o Centro de Apoio busca ajudar os colegas, tanto na esfera cível quanto criminal, nas matérias relacionadas ao patrimônio público; (ii) a partir da cisão do antigo Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Criminal (CAOPAC), em 2022, coube ao Caopp uma maior especialização em casos de apoios complexos, ou seja, aqueles em que o colega não conseguiu vislumbrar determinada situação no inquérito civil, buscando auxílio técnico em outras áreas do conhecimento, como a engenharia e a contabilidade; (iii) para vencer tal desiderato, o Centro de Apoio conta com apenas 2 engenheiros e 1 contadora, uma equipe bastante reduzida frente a relevância das atribuições no enfrentamento à corrupção, o que foi constatado em relatório de correição da Corregedoria-Geral; (iv) em 2023 houve avanço nas análises por parte do Caopp, com 181 demandas técnicas atendidas; (v) o valor analisado no ano em referência, entre contratos e licitações, foi na ordem de R\$ 236.769.517,03, com prejuízos ou irregularidades apurados de R\$ 17.563.640,34; (vi) a somatória dos valores analisados, a partir de 2020, totalizou quase R\$ 1 bilhão, sem contar os vultosos contratos objeto da Força-Tarefa designada com a finalidade de investigar possíveis atos de improbidade administrativa no Estado do Tocantins, que contou com o importante auxílio dos peritos técnicos; (vii) o MPTO, em procedimento da 9ª Promotoria de Justiça da Capital, de titularidade do Dr. Edzon Azambuja, com manifestação técnica do Caopp, conseguiu que o Estado do Tocantins, após 12 anos, realizasse concurso público na área da Educação, com previsão de mais de 5.000 vagas para o cargo de Professor da Educação Básica; (viii) o estudante da rede pública de ensino terá contato com profissionais selecionados por um concurso muito bem conduzido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), com acesso a uma educação, pelo menos no tocante ao corpo docente, muito relevante; (ix) a temática dos concursos públicos tem sido trabalhada pelo Centro de Apoio, com auxílio aos colegas, de modo a instar os municípios a realizá-los; (x) tem sido de grande valia sua atuação, em substituição, perante a 9ª Promotoria de Justiça da Capital, com atribuição na tutela do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa, aliando a teoria à prática; (xi) em 2023 houve uma concentração de esforços também nas consequências hermenêuticas da Lei n. 14.230/21 (Nova Lei de Improbidade Administrativa), que alterou em muitos pontos a Lei n. 8.429/92; (xii) nessa temática, o Centro de Apoio busca auxiliar os colegas em caminhos interpretativos que sejam constitucionalmente razoáveis, em atenção ao princípio *in dubio pro societate*; (xiii) por sugestão do Caopp, o Conselho Superior do Ministério Público editou enunciados de entendimento sobre a Nova Lei de Improbidade Administrativa, por exemplo sobre a questão da prescrição na conclusão de inquérito civil instaurado para apurar ato de improbidade, em um movimento nacional dos centros de apoio do patrimônio público; (xiv) diante desse movimento coordenado de contra doutrina, o Supremo Tribunal Federal decidiu pela irretroatividade da prescrição; (xv) em razão das dúvidas que a nova lei continua suscitando, houve intenso trabalho de

compilação de material de doutrina e de julgados com inclusão na pasta compartilhada “BancoPecasCAOPAC”, disponível para todos os membros e servidores, agora inserida também no Google Drive; (xvi) ainda em 2023, logrou-se importante vitória no Tribunal de Justiça do Tocantins, desconstituindo sentenças que extinguem ações de improbidade administrativa que deram interpretação equivocada aos parágrafos 10-C e 10-D, do art. 17, da Lei n. 14.230/21; (xvii) tais precedentes foram difundidos Brasil afora, sendo inclusive destacados em reunião do Grupo Nacional do Patrimônio Público, vinculado ao CNMP; (xviii) a título de conscientização, existe um procedimento de atuação conjunta do Caopp, Caoma e Caoccid para tratar dos mais de 2.000 sítios arqueológicos do Estado do Tocantins, com valores patrimonial e cultural inestimáveis; e (xix) sob a gestão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), localiza-se no município de Lajeado o sítio arqueológico pré-histórico Caititu, com registros rupestres ao longo de 50 metros de um paredão arenítico, datados de aproximadamente 5.000 anos. Com a palavra, a Dra. Vera Nilva Álvares Rocha Lira classificou como fabuloso o trabalho desenvolvido pelo Caopp e destacou a aula ministrada pelos Drs. Vinicius de Oliveira e Silva e Octaydes Ballan Júnior no Curso de Preparação para a Carreira do MPTO, em que pôde aprender também acerca desse trabalho especializado. Exaltou ainda a atuação em prol do Concurso Público da Educação, um marco para o Estado do Tocantins, que influenciará positivamente no nível de ensino e aprendizagem, vide o entusiasmo com que os novos professores têm iniciado suas atividades. A Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira consignou que a atuação na área do patrimônio público é árdua e difícil porque conflita com muitos interesses, dificuldades de verbas e tantas outras circunstâncias, destacando o avanço obtido por meio desse concurso público, após mais de uma década sem certame, uma vitória de diversos membros da Instituição. Enalteceu ainda o trabalho de preservação e divulgação dos sítios arqueológicos. O Presidente também parabenizou o Dr. Vinicius de Oliveira e Silva pelo trabalho realizado, cumprimentando-o pela exposição do relatório.

7. Dr. Rogério Rodrigo Ferreira Mota, Coordenador do Núcleo do Tribunal do Júri do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPNujúri): (i) o Núcleo é composto pelos Promotores de Justiça André Henrique Oliveira Leite, Benedicto de Oliveira Guedes Neto, Breno de Oliveira Simonassi, Daniel José de Oliveira Almeida, Eurico Greco Puppio e Guilherme Cintra Deleuse, sob sua coordenação, por designação do Procurador-Geral de Justiça; (ii) em 2023 o MPNujúri teve a baixa do Dr. Pedro Jainer Passos Clarindo da Silva, que faz muita falta pelas manifestações nas rodas de discussões ou pelas participações de excelência nas sessões plenárias; (iii) em contrapartida, teve o acréscimo do Dr. Guilherme Cintra Deleuse, que presta um ótimo e profícuo apoio nas comarcas do Bico do Papagaio, as que mais demandam do MPNujúri; (iv) a maior parte do trabalho do Núcleo consiste na atenção e no apoio aos colegas nas sessões plenárias; (v) em 2023 foram 65 designações para sessões plenárias, com 41 condenações, 1 absolvição requerida pelo Ministério Público, 4 desclassificações, 14 absolvições, 2 dissoluções e 3 sessões não realizadas, ressaltando-se que o MPNujúri, por intermédio dos seus membros, não deu causa a nenhum adiamento; (vi) em 2022 atuou-se em 78 sessões, com 70,51% de resultados favoráveis; já em 2023, 62 sessões com 67,74% de resultados favoráveis; (vii) no último exercício atendeu-se 19 comarcas, com destaque para 7 sessões plenárias em Augustinópolis, 7 em Itaguatins, 8 em Miranorte e 7 em Pedro Afonso; (viii) foi realizada ainda uma audiência, referente à Operação Caninana, sobre suposto grupo de extermínio na Polícia Civil, em que os membros do Núcleo estiveram dedicados por 14 dias, de 8h às 22h, sem qualquer descanso; (ix) todos os membros do MPNujúri foram designados para atuar nesse processo, a fim de propiciar a despersonalização da atuação, cujos réus ainda não foram submetidos ao crivo do Corpo de Magistrados; (x) também relativo a esse caso houve o julgamento de sete Recursos em Sentido Estrito, elaborados pelo Núcleo, visando a reversão da

concessão de liberdade aos acusados; (xi) através do trabalho de interlocução da Procuradora de Justiça Ana Paula Reigota Ferreira Catini e do Promotor de Justiça Benedicto de Oliveira Guedes Neto foi possibilitado a este último a sustentação oral perante o TJTO, dando eficácia à Recomendação CNMP n. 57/2017; (xii) apesar de improvidos os recursos do Ministério Público, a sustentação oral teve uma repercussão muito positiva nos demais *Parquet's*, pois apresentou elementos conhecidos por somente aqueles que tiveram acesso às nuances e percalços do processo, o que demandou fundamentação muito mais dispendiosa por parte do Judiciário; (xiii) o MPNUjúri também possui atribuição de auxiliar na capacitação dos colegas, diante do que se realizou o 1º Simpósio de Aperfeiçoamento Funcional no Tribunal do Júri, com o apoio da Procuradoria-Geral de Justiça e do Cesaf-ESMP, com a instrutoria de três Promotores de Justiça especialistas no Júri, os Drs. Aluísio Antônio Maciel Neto, Rodrigo Merli Antunes e Rogério Leão Zagallo, todos do Ministério Público do Estado de São Paulo; (xiv) o evento teve *feedback* bastante positivo e já se encontra em fase de estudos a realização do 2º simpósio neste ano corrente; (xv) destaca-se o apoio fornecido pela atual gestão da Procuradoria-Geral de Justiça ao MPNUjúri, que hoje possui respaldo social e institucional; (xvi) tal qual relatado na apresentação do último relatório, a pesquisa de jurados se encontra pausada em razão da ausência de servidor; (xvii) existem alguns projetos, a se colocar em prática, visando o fornecimento de subsídios para os Promotores de Justiça por meio de informativos, estudos técnicos, compilados de jurisprudência, pesquisa social de jurados e montagem de banco de dados de profissionais que atuam no Tribunal do Júri, o que somente será possível realizar com um corpo de servidores ou, pelo menos, um servidor com dedicação ao MPNUjúri; e (xviii) em contato com a Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, verificou-se a possibilidade de designação de um estagiário, do Programa Residência Ministerial, para prestar apoio ao Núcleo. Com a palavra, a Dra. Vera Nilva Álvares Rocha Lira parabenizou a todos os integrantes do MPNUjúri pelo “sacerdócio” na dedicação ao Tribunal do Júri, com empenho e denodo, por vezes até mesmo arriscando as próprias vidas. Frisou que o Ministério Público possui atribuições em muitas áreas, mas é expoente e conhecido por sua atuação perante o Júri. A Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira parabenizou o Núcleo, notadamente pela atuação no julgamento, em março de 2024, dos réus presos envolvidos na rebelião e fuga do Presídio Barra da Grota, em Araguaína. O Coordenador do MPNUjúri destacou que esse não foi o primeiro Júri a respeito do caso, tendo havido outra sessão, unicamente com réus patrocinados por advogados, em 2023, com duração de uma semana. Destacou que foram necessárias portanto, no total, três semanas de julgamento para findar essa questão, um dos maiores trabalhos que o Núcleo já realizou. A Dra. Maria Cotinha disse ter destacado esse caso emblemático por refletir todo o trabalho, garra e empenho do MPNUjúri, que tanto orgulhou a Instituição à época. O Presidente salientou que o mais complexo, para os membros do MPNUjúri, está na necessidade de comparecer às sessões plenárias, o que gera desgaste e um esforço muito grande. Destacou que, no Júri citado, os colegas permaneceram por quase duas semanas em um hotel, longe da família, afora a tensão por tudo o que envolve o julgamento em si. Diante disso, parabenizou a todos os integrantes do Núcleo pelo trabalho realizado. Por fim, sem transmissão *online* e, a portas fechadas, a última apresentação, feita pelo Dr. Luiz Antônio Francisco Pinto, Presidente da Comissão Permanente de Segurança Institucional (CPSI). Encerrada a apresentação, a Dra. Vera Nilva Álvares Rocha Lira parabenizou os integrantes da Comissão pelo trabalho realizado, destacando a importância da atuação preventiva no tocante à segurança em uma Instituição para a qual as pessoas estão com as “lupas” voltadas. A Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira parabenizou os Promotores de Justiça Marcelo Ulisses Sampaio, André Ricardo Fonseca Carvalho e Luiz Antônio Francisco Pinto, integrantes da CPSI, pelo trabalho desenvolvido. O Presidente também parabenizou os membros da Comissão Permanente de

Segurança Institucional pela profícua atuação, agradecendo pela apresentação ora realizada. Logo após, a Dra. Vera Nilva Álvares Rocha Lira registrou que o Cesaf-ESMP, sob sua direção, tem trabalhado com cada Centro de Apoio Operacional, Núcleo ou Comissão, no sentido de organizar eventos e cursos voltados às respectivas áreas de atuação, de modo que aguarda as eleições dos novos coordenadores para dar seguimento às reuniões de planejamento. Salientou que o quadro de servidores do órgão se encontra reduzido diante da enorme quantidade de atribuições, porém busca-se atuar sempre dentro do possível. O Dr. Luciano Cesar Casaroti consignou, no tocante à eventual carência de servidores suscitada por alguns dos coordenadores, que foi realizado o VI Concurso Público para Ingresso na Carreira dos Quadros Auxiliares do MPTO, com resultado final previsto para o mês de maio, e encaminhada a proposta de alteração legislativa, à Assembleia Legislativa, prevendo a criação de cargos de assessores jurídicos, assessores ministeriais e encarregados de área. Em seguida, retomou-se a transmissão regular da sessão. Na oportunidade, a Dra. Vera Nilva Álvares Rocha Lira registrou que estão abertas as inscrições para o Prêmio Cesaf-Escola, edição 2024, voltado aos trabalhos desenvolvidos nas Promotorias de Justiça, que concorrem para a transformação da realidade social da localidade. O Dr. Marco Antonio Alves Bezerra, por sua vez, requereu da Comissão Avaliadora do Prêmio Cesaf-Escola que adote como critério a perenidade do projeto. O Dr. José Demóstenes de Abreu parabenizou a todos os colegas que fizeram suas apresentações na presente sessão, com relatórios muito bem preparados, dando conta da grandiosidade do trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Ministério Público do Estado do Tocantins. Externou sua felicidade com o crescimento da Instituição ao longo dos anos, não apenas no aspecto físico, mas sobretudo na atuação ministerial em nível de excelência, inclusive com projetos que são replicados em outros *Parquet's*. Mencionou a expertise da Instituição na área da Saúde, com a Dra. Araújo Cesárea Ferreira dos Santos D'Alessandro dando continuidade ao trabalho iniciado pela Dra. Maria Roseli de Almeida Pery. Enalteceu ainda os relatórios de atividades do Caoma e do Gaema, sob a coordenação do Dr. Francisco José Pinheiro Brandes Júnior, sendo a área do Meio Ambiente a que gera mais impacto ao MPTO a nível nacional, uma herança do trabalho do Dr. José Maria da Silva Júnior, que se dedicou a vida toda a essa causa. Ao final, registrou sua satisfação com a atuação de todos os integrantes, parabenizando também os Procuradores de Justiça, que certamente contribuíram para todo esse processo de desenvolvimento da Instituição, que o Procurador-Geral de Justiça atualmente tem dado continuidade com um ótimo trabalho. Nada mais havendo, a sessão foi encerrada às dezoito horas (18h), do que, para constar, eu, \_\_\_\_\_, Vera Nilva Álvares Rocha Lira, Secretária, lavrei a presente ata, que, após lida, aprovada e assinada, será encaminhada para publicação. A gravação da presente sessão pode ser acessada, na íntegra, no seguinte endereço eletrônico: [www.youtube.com/c/CESAFMPTO](http://www.youtube.com/c/CESAFMPTO).

Luciano Cesar Casaroti  
Leila da Costa Vilela Magalhães  
Vera Nilva Álvares Rocha Lira  
João Rodrigues Filho  
José Demóstenes de Abreu  
Ricardo Vicente da Silva  
Marco Antonio Alves Bezerra  
Jacqueline Borges Silva Tomaz  
Ana Paula Reigota Ferreira Catini

Maria Cotinha Bezerra Pereira  
Moacir Camargo de Oliveira  
Marcos Luciano Bignotti  
Miguel Batista de Siqueira Filho